

ENSINO DE HISTÓRIA, CULTURA ESCOLAR E EXCLUSÃO DE GÊNERO: O CASO DE UM ESTUDANTE TRANSEXUAL

José Cláudio Leôncio Gonçalves¹; Cícero Joaquim dos Santos; Carlos André Silva do Vale; José Brito da Silva Filho; Zuleide Fernandes de Queiroz

EEEP Governador Virgílio Távora. E-mail: claudioleonciojg@gmail.com; Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: c.joaquimsantos@yahoo.com.br; Centro Universitário Dr. Leão Sampaio. E-mail: carlosdovale7@gmail.com; EEEP Maria Violeta A. de Alencar Gervaiseau. E-mail: jbsfig@gmail.com; Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: zuleidefqueiroz@gmail.com

Resumo

O presente trabalho objetiva refletir sobre como o ensino de história e a cultura escolar se relacionam com a exclusão de gênero, a partir das narrativas de um estudante transexual em uma escola de ensino médio na cidade do Crato, na região do Cariri cearense. Nesse sentido, o estudo problematiza o lugar do conhecimento histórico e escolar no processo de autorreconhecimento dos indivíduos enquanto sujeitos históricos. De igual modo, põe em relevo processos de exclusão de gênero, omissão e negligência em casos de violência contra LGBTs. Partindo de uma experiência prática em sala de aula, a pesquisa coloca em cena as tensões em torno dos saberes históricos e escolares e a trajetória de um estudante transexual.

Palavras-chave: Cultura Escolar, Exclusão de Gênero, Ensino de História, Transexualidade.

Introdução

O presente trabalho busca refletir sobre a relação entre ensino de história, cultura escolar e exclusão de gênero, a partir de um caso de um estudante de ensino médio que se reconhece como transexual, em uma Escola Estadual de Educação Profissional (EEEP), na cidade de Crato, região do Cariri cearense.

A nossa proposta foi construída através de duas situações ocorridas no segundo semestre de 2016. Primeiramente, citamos as discussões acadêmicas promovidas na disciplina “História do Ensino de História”, no Mestrado Profissional em Ensino de História, da Universidade Regional do Cariri/Ce (ProfHistoria-URCA), na qual a categoria *cultura escolar* foi posta em evidência como noção chave para se compreender questões da educação escolar e do próprio ensino de História. Também, por meio de vivências no espaço escolar, especialmente quando nos deparamos com o

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, pela Universidade Regional do Cariri/Ce (ProfHistoria-URCA). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

desabafo de um estudante transmasculino sobre como a escola invisibiliza às experiências transexuais.

Metodologia

Este trabalho vem sendo desenvolvido mediante os usos das narrativas de um estudante transexual. Constituída como um *estudo de caso*, a pesquisa dialoga com a documentação oficial sobre educação e gênero, a exemplo das produções do Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT (CNCND-LGBT), e do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, entre outros.

Resultados e Discussão

Em seu texto “Cultura Escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa”, Fabiany de Cássia Tavares Silva (2006) coloca em relevo o modo como a relação cultura e escola já foi alvo de debates de variados teóricos, com destaque para as influências de Dominique Julia, Jean-Claude Forquin e André Chervel. De acordo com suas considerações, observamos a compreensão da escola como:

Uma instituição da sociedade, que possui suas próprias formas de ação e de razão, construídas no decorrer da sua história, tomando por base os confrontos e conflitos oriundos do choque entre as determinações externas a ela e as suas tradições, as quais se refletem na sua organização e gestão, nas suas práticas mais elementares e cotidianas, nas salas de aula e nos pátios e corredores, em todo e qualquer tempo, segmentado, fracionado ou não (SILVA, 2006, p. 206).

Nesse sentido, a escola, como um lugar de produção de uma cultura própria, é delineada pelas interferências de um conjunto de elementos como a organização escolar, o sistema educativo, as práticas, os discursos, as linguagens, os familiares, os/as professores/as, os/as gestores/as e os/as alunos/as. Há, aí, uma complexidade de agentes que coexistem a partir de relações de poder. Neste sentido, “(...)a escola é não apenas um espaço de encontro, aceitação e contemplação das diferenças, antes de exploração e negociação de tensões (...)”, e não menos impactante, quando envolve identidades de gêneros e orientações sexuais historicamente marginalizadas e/ou excluídas, à semelhança de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (SILVA, 2006, p. 214).

Mas, até que ponto, a escola busca incluir a diversidade, contribuindo para a construção e o diálogo das diferentes identidades dos sujeitos envolvidos? De que modo estudantes e professores passam pelas influências da escola e como os mesmos atuam na cultura dela? Para pensarmos tais problemáticas frisamos o caso de um aluno transexual de nossa convivência na educação básica.

Com aproximadamente um metro e meio de altura, voz mansa e de pouca conversa, Jéssica (nome feminino fictício que adotamos para não fazer referência ao seu nome civil) seria mais uma aluna a passar despercebida por seu comportamento quieto e tímido. Mas, seu corpo e jeito chamam a atenção por não fazerem parte do que seria “natural” para uma “menina”. Do ponto de vista da identidade de gênero, *Jéssica* prefere ser chamada de *Jonas* (nome fictício que adotamos para destacar como o referido indivíduo quer ser identificado por um nome social masculino), pois se vê como um homem transexual.

Porém, Jonas não quer ser somente mais um sujeito silenciado. Ainda timidamente, ele reclama a visibilidade que acredita ser seu direito. E, entre umas de suas principais reivindicações, encontra-se a inclusão de seu nome social no Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE). Os(as) diversos(as) professores(as) que entram e saem da sala ao longo do dia; os(as) colegas de sala; a diretora, os(as) coordenadores(as), os(as) faxineiros(as), os(as) secretários(as), as cozinheiros e os(as) alunos(as), que cruzam com ele rotineiramente na escola; poucos conseguem sentir o descontentamento de Jonas por se sentar numa cadeira, no mapa da sala de aula², que apresenta uma inscrição nominal com a qual o mesmo não se identifica.

Jonas tentou mudar esta realidade ao conversar com a gestão da escola. Mas, a irresolução deste problema esbarra no preconceito e na falta de apoio dos próprios familiares, bem como na burocracia escolar. Além disso, soma-se as disputas de poder na produção de políticas públicas voltadas para pessoas LGBTQTs, no Brasil, e que reverbera fortemente na educação, como podemos perceber nos embates em torno da produção de um dos mais importantes documentos educacionais do país, o Plano Nacional de Educação (PNE), no qual “uma das temáticas que mais geraram controvérsias durante o processo de aprovação do PNE 2014-2024 foram aquelas relacionadas a igualdade de gênero e diversidade sexual” (SOUZA, 2016, p. 2).

No Ceará, o desenvolvimento do Plano Estadual de Educação (PEE) não foi diferente. Segundo Souza (2016),

² Maneira como cada estudante é disposto em fileira em sala de aula e, em muitos casos, cada cadeira tem a identificação do nome do(a) aluno(a).

Após meses tramitando na Assembleia Legislativa (AL) do Estado do Ceará e tendo recebido aproximadamente 150 emendas entre aditivas, modificativas e supressivas, o PEE do Ceará foi finalmente votado no dia 05 de maio de 2016. Cento e vinte uma (121) emendas foram incorporadas ao texto original. Itens que tratavam de educação de gênero e sexualidade e do combate à discriminação por orientação sexual foram os mais discutidos. Parlamentares conservadores e fundamentalistas ligados a grupos religiosos e seus aliados articularam a retirada de todos os termos que faziam referência às populações de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) e as temáticas das diversidades sexuais (SOUZA, 2016, p. 4).

Dentre estas emendas, pontua-se a retirada da própria garantia de travestis e transexuais usarem o seu nome social no registo escolar, indo até mesmo de encontro a Resolução nº 12, de 16 de Janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT), que aprovou o nome social em instituições e redes de ensino em todos os níveis e modalidades (CNCD/LGBT, 2015).

Outro aspecto de grande insatisfação relatado por Jonas trata-se da ausência de discussões que levem em consideração os transexuais. Esse é um dos motivos da sua dificuldade de encontrar identificação no meio escolar e, possivelmente, justifique o considerado número de suas faltas durante seu primeiro ano de ensino médio na escola de modelo integral, ou seja, que precisa estar presente nos turnos da manhã e da tarde. Para ilustrar, citamos a reclamação dele em relação à falta de exemplificações envolvendo os transexuais nas nossas aulas de História. Em uma determinada discussão sobre as diversas faces da família colonial em paralelo com os novos arranjos das famílias brasileiras atuais, apesar de termos falado dos sujeitos gays e lésbicas, em nenhum momento foram citados pessoas trans.

A invisibilidade de tais sujeitos no ensino de História perpassa a própria negação de experiências que ultrapassam a heteronormatividade e o binarismo homem-mulher na construção de uma memória coletiva e de uma história oficial (SILVA, 2012). Esse cenário se contrapõe a uma educação multicultural, na qual o ensino de história incorpore as demandas da atualidade ocasionadas por conta das desigualdades sociais presentes na sociedade capitalista. O ensino de história multicultural significa, sobretudo, assumir um enfrentamento dos problemas sociais do nosso tempo a fim de contribuir com a formação de sujeitos críticos e atuantes na construção da justiça social (FONSECA, SILVA, 2007).

Jonas não se contentou. Logo após o término da aula, ele nos colocou a questão, e, na semana seguinte, preparamos e realizamos uma aula sobre os/as transexuais. O estudante alertou ainda algumas de nossas limitações sobre a temática, mas, de qualquer modo, as inquietudes de

Jonas repercutiram na exigência docente em repensar suas práticas e colocar em cena a necessidade de formações continuadas.

Conclusões

Não é difícil perceber a carência de questões relacionadas aos transexuais nas escolas brasileiras. Os sujeitos trans estão invisíveis no currículo, nas práticas, nas falas, na burocracia institucional. Uma ausência que reflete profundamente o preconceito e discriminação sexual e de gênero que a escola (re)produz. Sem dúvida, Jonas é a ponte do iceberg de um mar de outras realidades trans que sofrem Brasil afora. Sujeitos que, se por um lado são calados pela violência simbólica e física, por outro dão a cara a bater e lutam para superar uma cultura escolar excludente e construir a possibilidade de outras formas de vida para além do “destino” da prostituição, lugar socialmente aceito para transexuais e travestis. Como destaca Andrade (2012),

A escola para a maioria das travestis permanece como um sonho, enquanto a esquina (a margem) é ainda a realidade, local de espera dos “fregueses” para se prostituírem. Apesar de as travestis terem conquistado a possibilidade de sobreviver no centro, e não apenas à margem da sociedade, elas ainda sofrem com os estereótipos do passado, pois ainda são vistas como sinônimo de marginal e atentado ao pudor, uma espécie de afronta à moral e aos bons costumes (ANDRADE, 2012, p. 15).

Jonas incomodou/incomoda a cultura escolar, particularmente nós, enquanto professores. Aos poucos, suas angústias ecoaram e sensibilizaram. Alguns dos resultados foram sentidos: colegas de sala de Jonas pretenderam se mobilizar e buscar na escola a mudança de seu nome de registro para o nome social; os/as professores/as, de algum modo, (re)pensaram suas práticas educacionais; docentes e gestores pensaram na possibilidade de passar a adotar o nome social de maneira informal, rasurando diários, aceitando trabalhos com a mudança nominal, além de pontuarem possíveis sofrimentos do estudante com uso do banheiro escolar. Quer queira, quer não, o “chão da escola foi balançado” e lentamente se moveu no caminho das visibilidades e dignidade humanas.

Consideramos que refletir a cultura escolar e as questões de gênero e sexualidade torna-se extremamente importantes para que, enquanto educadores, (re)avaliemos nossas práticas e posturas na busca do reconhecimento do multiculturalismo e da promoção de uma educação que respeite e incluía as diferenças sexuais e de gênero.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luma Nogueira de. *Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2012. Disponível em < <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/131976/tese%20Luma%20Andrade.pdf?sequence=1&isAllowed=y> > Acesso em: 15/07/2017

BRASIL. *Secretaria Especial de Direitos Humanos*. Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT. Brasília, 2009. Disponível < <http://www.arco-iris.org.br/wp-content/uploads/2010/07/planolgbt.pdf> > Acesso em: 15/07/2017.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO LGBT (CNCND-LGBT). Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais sistemas de Ensino. Resolução Nº 12, de 16 de janeiro de 2015. Disponível em <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncnd-lgbt/resolucoes/resolucao-012> Acesso em: 18/06/2017.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*. Porto Alegre, nº 2, p. 177-229, 1990. Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/chervel-andre-historia-das-disciplinas-escolares.html>. Acesso em 17/06/2017.

FONSECA, Selva Guimarães; SILVA, Marcos A. *Ensinar história no século XXI: Em busca do tempo entendido*. 4 ed. Campinas, SP: Papirus, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____.; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). *Corpo, Gênero e sexualidade*. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

SILVA, Alessandro Soares. Por um lugar ao sol: construindo a memória política da homossexualidade. *Revista Bagoas*, Rio Grande do Norte, nº 8, 2012. págs. 77-102. Disponível em < <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/3353/2711> > Acesso em: 18/06/2017.

SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. Cultura Escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa. *Educar*. Curitiba, n. 28, p. 201-216, 2006.

SOUZA, Homero Henrique de. Plano Estadual de Educação do Ceará: Gênero e Sexualidade Entre Avanço e Retrocesso. III CONEDU-Congresso Nacional da Educação (2016). Disponível em < http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA11_ID_2621_11082016151533.pdf > Acesso em: 18/06/2017.